

Brincar é a maneira pela qual as crianças estruturam o seu tempo. Brincadeira é um fenômeno social característico tanto de crianças quanto de adultos. A diferença de brincar e de jogo só existe na língua portuguesa, nos outros idiomas brincar é igual a jogo, ou seja, significa jogo.

A ludicidade estimula a criatividade e percepção. E através dela gera crianças ativas, que cedo aprendem a explorar e descobrir; e que tenham iniciativas. Promove o desenvolvimento global fazendo com que a criança vivencie o seu mundo tornando-a mais criativa e crítica.

"É fundamental que se assegure à criança o tempo e os espaços para que o caráter lúdico do lazer seja vivenciado com intensidade capaz de formar a base sólida para a criatividade e a participação cultural e, sobretudo para o exercício do prazer de viver, e viver, como diz a canção... como se fora brincadeira de roda..." [15].

De acordo com Santin [16], o lúdico são ações vividas e sentidas, não definíveis por palavras, mas compreendidas pela fruição, povoadas pela fantasia, pela imaginação e pelos sonhos que se articulam como teias urdidas com materiais simbólicos. Assim elas não são encontradas nos prazeres estereotipados, no que é dado pronto, pois, estes não possuem a marca da singularidade do sujeito que as vivencia.

O lúdico possibilita momentos inigualáveis de autoconhecimento e conhecimento do outro, de fantasia, de realidade e de expressividade. O lúdico contribui para o desenvolvimento mental e o cognitivo da criança.

Segundo Luckesi [17] a atividade lúdica é aquela que propicia a "plenitude da experiência" em quem pratica. É uma atividade onde o sujeito entrega-se a experiência sem restrições mentais, de qualquer tipo, especialmente as mentais, que, usualmente, tem por base juízos pré-concebidos sobre as coisas e práticas humanas.

O lúdico enquanto recurso pedagógico deve ser encarado de forma séria e usado de maneira correta, pois como afirma Almeida [13], o sentido real, verdadeiro, funcional da educação lúdica estará garantida, se o educador estiver preparado para realizá-lo.

Projetar o lúdico como atividade apenas de prazer e diversão, negando seu caráter educativo é algo sem fundamento. A educação lúdica é uma

ação própria da criança e do adulto e aparece sempre, como uma forma transacional em direção a algum conhecimento.

A ludicidade é uma atividade livre, criativa, imprevisível, capaz de absorver a pessoa que brinca, não centrada na produtividade. E é através dela que vamos formando a criatividade e indivíduo criativo é um elemento importante para o funcionamento efetivo da sociedade, pois é ele que faz e promove mudanças.

### Educação Infantil

A Educação Infantil no Brasil compreende o atendimento às crianças de 0 a 6 anos, enquanto em outros países abrange crianças entre 3 e 5 anos. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, 1996) define que a Educação Infantil deve ser oferecida em creches ou em entidades equivalentes, para crianças de 0 a 3 anos de idade, e em pré-escola, para crianças de 4 a 6 anos. Ainda que não obrigatória, a Educação Infantil é um direito público, cabendo ao município a expansão da oferta, com o apoio das esferas federal e estadual.

A educação infantil, educação pré-escolar ou educação pré-primária consiste na educação das crianças antes da sua entrada no ensino obrigatório. É ministrada normalmente no período compreendido entre os zero e os seis anos de idade de uma criança.

Na Idade Média a criança era tratada igual aos adultos, só lhe faltava ainda o treinamento para as atividades necessárias para sobrevivência. Dessa forma, eram consideradas como uma subclasse que amadureceria e tornariam -se um ser "racional". Já na Idade Moderna, há atenção e cuidados específicos para criança, que foram percebidos ser diferente dos adultos. Friedrich Froebel, que viveu de 1782 a 1852 e foi um fundador dos primeiros modelos de instituição para educação infantil, utilizava jogos e brincadeiras no aprendizado. Mas, em 1988 houve a Constituição da República, que começou a tratar a educação com importância, dando o direito a criança de tê-la. Incumbiu-se o governo de garantir esse direito. Em 1990, o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) reafirmou esses direitos constitucionais em relação à Educação Infantil. Quatro anos depois, o MEC (Ministério da Educação e Cultura) publicou um